



EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 005/2026

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 007/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2026
TIPO: MENOR PREÇO POR LOTE ÚNICO
REGIDO PELA LEI FEDERAL Nº 14.133/2021 E DECRETO MUNICIPAL Nº 055/2023.

OBJETO: Contratação de pessoa jurídica para a execução de serviços técnicos em odontologia de próteses dentárias, a serem prestados aos usuários do SUS.

INTERESSADO: Secretaria Municipal de Saúde (SMS).

RECEBIMENTO DE PROPOSTAS: Até as 07:59 horas de 23 de fevereiro de 2026.

DATA DE ABERTURA DE PROPOSTAS: 23 de fevereiro de 2026.

ABERTURA DAS PROPOSTAS: 08:00 horas

REFERÊNCIA DE TEMPO: Horário de Brasília.

LOCAL DA SESSÃO PÚBLICA: Plataforma de Licitações LICITANET (<https://portal.licitanet.com.br>).

Portaria Municipal nº 099/2025 de 1º (primeiro) de julho de 2025: Pregoeiro Municipal, Sr. LAERTE ALVES MARTINS DE OLIVEIRA.

VALOR ESTIMADO DA AQUISIÇÃO: Valor total estimado para aquisição é de **R\$ 148.509,40 (cento e quarenta e oito mil, quinhentos e nove reais e quarenta centavos).**

MODO DE DISPUTA: ABERTO

ESCLARECIMENTOS:

Diretamente pela Plataforma de Licitações – <https://portal.licitanet.com.br> > Edital Pregão Eletrônico nº 002/2026 > esclarecimentos.

Telefone: (33) 3231-1345 – Prefeitura Municipal de Itanhomi-MG

E-mail: itanhomiprefeitura@gmail.com

Horário de funcionamento: 07:00 às 11:00 horas e 12:00 às 16:00 horas.

1 - PREÂMBULO

1.1 - A PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHOMI, sediada na Avenida JK, nº 91 – Centro – Município de Itanhomi-MG – CEP: 35120-000, inscrita no CNPJ sob o nº 18.493.239/0001-06, por intermédio do Departamento de Compras e Licitações, realizará Licitação na modalidade Pregão Eletrônico, em sessão pública a ser realizada na plataforma de licitações LICITANET (<https://portal.licitanet.com.br>), precedida de regular fase de planejamento, fundamentada no Estudo Técnico Preliminar – ETP (ANEXO I) e no Termo de Referência – TR (ANEXO II), nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

1.2 - Os trabalhos serão conduzidos pelo Sr. LAERTE ALVES MARTINS DE OLIVEIRA, cuja portaria de designação está anexada aos autos, e regido pelas Leis nº 14.133/2021, Lei Complementar nº 123/2006, e demais normas pertinentes e pelas condições estabelecidas pelo presente EDITAL.

1.3 - O Edital e seus Anexos poderão ser obtidos gratuitamente no site da Prefeitura Municipal de Itanhomi, através do endereço eletrônico <https://transparencia.itanhomi.mg.gov.br/>, na PLATAFORMA DE LICITAÇÕES LICITANET, através do endereço eletrônico <https://portal.licitanet.com.br>. Poderá também ser solicitado no seguinte endereço de e-mail: itanhomiprefeitura@gmail.com e também retirado no Departamento de Licitações no prédio sede da Prefeitura Municipal de Itanhomi, em dias e horários de expediente, a partir da data de sua publicação.

1.4 - Toda e qualquer alteração que possivelmente ocorrer neste EDITAL, tais como errata, adendo, suspensão ou revogação, deverá ser consultada pelos pretensos licitantes no endereço eletrônico <https://portal.licitanet.com.br>, bem como no site oficial da Prefeitura Municipal de Itanhomi: <https://transparencia.itanhomi.mg.gov.br/>.

1.5 - A Administração não se responsabilizará caso o pretense licitante não acesse o e-mail informado ou não visualize a alteração no SITE supracitado consequentemente desconhecendo o teor dos avisos publicados.

1.6 - Esta licitação será realizada com observância às disposições da Lei Federal nº 14.133/2021, da Lei Complementar nº 123/2006, do Decreto Municipal nº 055/2023, bem como das condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos, especialmente o Estudo Técnico Preliminar e o Termo de Referência, que integram o presente instrumento para todos os fins legais.

2 - OBJETO

2.1 - Constitui objeto da presente licitação a contratação de empresa especializada para a prestação de serviços técnicos especializados em saúde bucal, compreendendo a moldagem, confecção, adaptação, ajustes, fornecimento de materiais, transporte, assistência técnica e garantia de próteses dentárias totais e parciais, destinadas aos usuários do Sistema Único de Saúde – SUS do Município de Itanhomi/MG, em conformidade com as especificações técnicas, quantitativos e condições estabelecidas neste Edital e em seus Anexos, especialmente no Termo de Referência.

3 - CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

3.1 - Poderão participar deste certame pessoas jurídicas legalmente constituídas que atuem no ramo pertinente ao objeto e que atendam a todas as exigências de habilitação previstas neste Edital e seus Anexos.

3.2 - Não poderão participar do presente certame a empresa:

3.2.1 - Empresa suspensa de participar de licitação e impedida de contratar com o Município, durante o prazo da sanção aplicada;

3.2.2 - Empresa declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação;

3.2.3 - Empresa impedida de licitar e contratar com o Município, durante o prazo da sanção aplicada;

3.2.4 - Empresa proibida de contratar com o Poder Público, em razão do disposto no artigo 72, § 8º, V, da Lei Federal nº 9.605/1998;

3.2.5 - Empresa proibida de contratar com o Poder Público, nos termos do artigo 12 da Lei Federal nº 8.429/1992;

3.2.6 - Quaisquer interessados enquadrados nas vedações previstas no artigo 9º, parágrafo 1º, da Lei Federal nº 14.133/2021;

3.2.6.1 - Entende-se por “participação indireta” a que alude o artigo 9º, § 1º, da Lei Federal nº 14.133/2021 a participação no certame de empresa em que uma das pessoas listadas no mencionado

dispositivo legal figure como sócia, pouco importando o seu conhecimento técnico acerca do objeto da licitação ou mesmo a atuação no processo licitatório.

3.2.7 - Sociedade estrangeira não autorizada a funcionar no país;

3.2.8 - Empresa cujo estatuto ou contrato social não seja pertinente e compatível com o objeto deste Pregão;

3.2.9 - Empresa que se encontre em processo de dissolução ou falência;

3.2.10 - Sociedades integrantes de um mesmo grupo econômico, assim entendidas aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum, exceto se demonstrado que não agem representando interesse econômico em comum;

3.2.11 - Consórcio de empresas, qualquer que seja sua forma de constituição, tendo em vista que o objeto da contratação exige execução integrada, responsabilidade técnica única, padronização dos serviços, logística contínua e controle sanitário unificado, conforme demonstrado no Estudo Técnico Preliminar, sendo a formação de consórcio incompatível com a natureza do objeto e com a eficiência da fiscalização contratual.

3.3 - Os licitantes deverão estar previamente cadastrados na plataforma de licitações, o qual poderá ser realizado em <https://portal.licitanet.com.br>.

3.4 - A observância das vedações supra é de inteira responsabilidade da licitante que, pelo descumprimento, se sujeita às penalidades cabíveis.

3.5 - Não será exigida garantia da proposta, nos termos dos arts. 58 e 96 da Lei Federal nº 14.133/2021.

3.6 - Será exigida da licitante a garantia (caução) da proposta de 1% do valor estimado do objeto (valor correspondente a planilha orçamentaria estimada pela administração), a título de garantia da proposta, podendo a empresa licitante optar por quaisquer das modalidades de garantia descrita no parágrafo 1º do artigo 96, Lei Federal nº 14.133/2021, que deverá ser anexado junto com a documentação de habilitação, sob pena de desclassificação.

3.6.1 - Se a Contratada, optar por caução fiança bancária, deverá realizar o depósito em conta corrente: Banco do Brasil – Agência: 1077-4 – Conta: 11.401-4 – Titular: Prefeitura Municipal de Itanhomi-MG – CNPJ: 18.493.239/0001-06.

4 - DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO

4.1 - Até 03 (três) dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o Ato Convocatório deste Pregão, devendo protocolizar o pedido diretamente pelo site <https://portal.licitanet.com.br>, no local específico dentro do processo licitatório em análise - cabendo ao PREGOEIRO decidir sobre a petição no prazo de 02 (dois) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

4.1.1 - Caso seja acolhida a impugnação contra o Ato Convocatório, será designada nova data para a realização do Certame.

4.2 - Decairá do direito de impugnar os termos deste edital, por falhas ou irregularidades, o proponente/licitante que não o fizer até o terceiro dia útil que anteceder à data de realização da sessão pública do Pregão, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.

4.3 - A impugnação feita tempestivamente pelo proponente/licitante não o impedirá de participar do Certame.

5 - DO CREDENCIAMENTO NO SISTEMA E DA EFETIVA PARTICIPAÇÃO

5.1 - O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, por meio da internet, mediante condições de segurança (criptografia e autenticação) em todas as suas fases.

5.2 - Para acesso ao sistema eletrônico, os interessados na participação do Pregão Eletrônico deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal (intransferíveis), obtidas através do site da Plataforma de Licitações da Licitanet (<https://portal.licitanet.com.br>).

5.3 - É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como, seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao Município de Itanhomi, ao provedor do sistema ou ao órgão promotor da licitação, a responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido do acesso.

5.4 - O credenciamento do licitante e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para a realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

5.5 - A participação no Pregão Eletrônico se dará por meio da digitação da senha pessoal do credenciado e subsequente encaminhamento da proposta de preços e documentos de habilitação, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observando data e horário limite estabelecido.

5.6 - O encaminhamento de proposta pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas neste Edital.

5.7 - COMO CONDIÇÃO PARA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO, A LICITANTE ASSINALARÁ “SIM” OU “NÃO” EM CAMPO PRÓPRIO DO SISTEMA ELETRÔNICO, RELATIVO ÀS SEGUINTE DECLARAÇÕES:

() Declaro que não incorro nas condições impeditivas do artigo 14 da Lei Federal nº 14.133/2021.

() Declaro que atendo aos requisitos de habilitação, conforme disposto no artigo 63, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021.

() Declaro que cumpro as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, conforme artigo 63, inciso IV, da Lei Federal nº 14.133/2021.

() Declaro que a proposta apresentada para essa licitação está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório e me responsabilizo pela veracidade e autenticidade dos documentos apresentados.

() Declaro que minha proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega da proposta, conforme artigo 63, § 1º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

() Declaro que estou ciente do edital e concordo com as condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação, conforme o artigo 67, inciso VI, da Lei Federal nº 14.133/2021;

() Declaro para fins do disposto no inciso VI do artigo 68, da Lei Federal nº 14.133/2021, que não emprego menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprego menor de 16 (dezesseis) anos, salvo menor, a partir dos 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII, do artigo 7º, da Constituição Federal de 1988.

() Declaro que não possuo, em minha cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do artigo 1º e no inciso III do artigo 5º da Constituição Federal de 1988.

() Declaro para os devidos fins legais, sem prejuízo das sanções e multas previstas neste ato convocatório, estar enquadrado como ME/EPP/Cooperativa, conforme a Lei Complementar nº 123/2006, cujos termos declaro conhecer na íntegra, estando apto, portanto, a exercer o direito de preferência.

() Sim, ME () Sim, EPP () Não, outros enquadramentos

5.8 - A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste EDITAL.

6 - DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

6.1 - Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

6.2 - O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste EDITAL, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha intransferíveis.

6.3 - As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do artigo 43, parágrafo 1º da LC nº 123, de 2006.

6.4 - Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

6.5 - Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema;

6.6 - Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

6.7 - Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do Pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

6.8 - Os documentos complementares à proposta e à habilitação, quando necessários à confirmação daqueles exigidos no Edital e já apresentados, serão encaminhados pelo licitante mais bem classificado após o encerramento da fase de lances, no prazo definido pelo Pregoeiro, de até 2 (duas) horas, admitida prorrogação por decisão fundamentada, nos termos do artigo 64 da Lei Federal nº 14.133/2021.

6.9 - Somente será exigida a apresentação de documentos originais ou cópias autenticadas quando houver dúvida quanto à autenticidade, integridade ou validade jurídica dos documentos apresentados em formato digital, observado o princípio do formalismo moderado.

6.9.1 - Nestes casos, a licitante deverá encaminhar a documentação original ou a cópia autenticada exigida, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, contados da data da solicitação do pregoeiro, via sistema.

6.10 - Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

6.11 - Todos os documentos emitidos em língua estrangeira deverão ser entregues acompanhados da tradução para língua portuguesa, efetuada por Tradutor Juramentado, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

6.12 - Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no **“chat”** a nova data e horário para a continuidade da mesma.



6.13 - Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste EDITAL.

7 - DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

7.1 - O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

7.1.1 - Valor unitário e total;

7.1.2 - Itens cotados;

7.1.3 - Apresentar a proposta em conformidade com o exigido no Termo de Referência; descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação exigida.

7.1.4 - Na descrição do objeto deverá ser informada, especificação completa dos produtos/serviços oferecidos com informações técnicas que possibilitem a sua completa avaliação, devendo atender totalmente a descrição constante no ANEXO II deste Edital.

7.2 - Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a CONTRATADA.

7.3 - Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação do serviço.

7.4 - Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

7.5 - O prazo de validade da proposta é fixado em 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

7.6 - Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas.

7.7 - Em caso de divergência entre o descritivo do objeto constante neste Edital, na plataforma eletrônica de licitações ou em outros documentos auxiliares, prevalecerão, nesta ordem, as disposições do Termo de Referência, do Edital e, por último, da plataforma eletrônica, para fins de julgamento e execução contratual.

7.8 - Os documentos listados no item da HABILITAÇÃO deverão ser anexados no sistema juntamente com a proposta, previamente à abertura da sessão pública e sua ausência ensejará em desclassificação.

8 - DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

8.1 - Os licitantes poderão encaminhar, nos termos deste Edital, juntamente com a PROPOSTA, A DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO, ANTES DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA, a seguir informada:

8.1.1 - DA HABILITAÇÃO JURÍDICA

- a)**- Registro comercial no caso de firma individual;
- b)**- Ato constitutivo, estatuto ou contrato social e última alteração (se houver) em vigor, devidamente registrado, onde se possa identificar o administrador, em se tratando de sociedades comerciais e no caso de sociedade por ações, acompanhados de documentos que comprovem a eleição de seus administradores;
- c)**- Comprovante de inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhado de prova da composição da diretoria em exercício;
- d)**- Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;
- e)**- Documento de identificação do responsável legal (Documento de identidade Oficial com foto).

8.1.2 - COMPROVAÇÃO DE CAPACIDADE TÉCNICA PROFISSIONAL

8.1.2.1 - Para fins de habilitação, a licitante deverá comprovar que a etapa de moldagem das próteses dentárias, integrante do objeto desta licitação, será realizada exclusivamente por profissional legalmente habilitado na área de odontologia, devidamente inscrito e regular junto ao Conselho Regional de Odontologia (CRO).

8.1.2.2 - O profissional responsável pela realização da moldagem deverá possuir vínculo formal com a licitante, admitidas as seguintes formas de comprovação:

I - Empregado, mediante apresentação de cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS ou contrato de trabalho vigente;

II - Sócio ou integrante do quadro societário, comprovado por meio do contrato social ou documento equivalente;

III - Prestador de serviços, mediante apresentação de contrato de prestação de serviços vigente há no mínimo menos 60 (sessenta) dias da data da licitação, firmado entre o profissional e a licitante, devidamente formalizado, inclusive com firma reconhecida em Cartório Competente.

8.1.2.3 - A exigência de profissional habilitado para a realização da moldagem justifica-se por se tratar de etapa técnica essencial à correta confecção das próteses dentárias, com impacto direto na qualidade do serviço prestado, na segurança dos pacientes atendidos pelo Sistema Único de Saúde (SUS) e na eficiência do gasto público.

8.1.2.4 - A não comprovação da regularidade profissional ou do vínculo conforme exigências acima, acarretará a inabilitação automática da licitante.

8.1.3 - DA REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

a)- Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoal Jurídica, através do cartão do CNPJ, que também servirá para fins de comprovação do enquadramento como Microempresas (ME) ou Empresas de Pequeno Porte (EPP);

b)- Prova de regularidade para com a Fazenda Federal relativa a Tributos Federais e à dívida Ativa da União e prova de regularização perante o Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), através de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), conforme Portarias MF 358 e 443/2014;

c)- Prova de regularidade fiscal para com a Fazenda Pública Estadual;

-
- d)-** Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual, Cartão de Inscrição Estadual, (se houver);
 - e)-** Prova de regularidade fiscal para com a Fazenda Pública Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da Lei;
 - f)-** Prova de regularidade fiscal perante ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRF - FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por Lei;
 - g)-** Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) e/ou, no caso de estarem os débitos garantidos por penhora suficiente ou com a exigibilidade suspensa, será aceita a Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas, que tenha os mesmos efeitos da CNDT;
 - h)-** Certidão negativa de Falência ou Concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física;
 - i)-** Alvará de Licença e Funcionamento da empresa expedido pela prefeitura da sede da empresa.

Nota 01 - A verificação pelo órgão ou entidade promotora do certame nos sites eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

Nota 02 - As certidões que não tenham o prazo de validade expresso no documento, ter-se-ão como válidas por 90 (noventa) dias a partir da data de sua emissão.

Nota 03 - Será aplicado no presente edital o entendimento adotado pelo TCU (Tribunal de Contas da União), no Acórdão nº 1211/2021:

“Acórdão 1211/2021 Plenário (Representação, Relator Ministro Walton Alencar Rodrigues) Licitação. Habilitação de licitante. Documentação. Documento novo. Vedação. Definição. A vedação à inclusão de novo documento, prevista no art. 64 da Lei 14.133/2021 (nova Lei de Licitações), não alcança documento ausente, comprobatório de condição atendida pelo licitante quando apresentou sua proposta, que não foi juntado com os demais comprovantes de habilitação e da proposta, por equívoco ou falha, o qual deverá ser solicitado e avaliado pelo pregoeiro”.

8.1.4 - REGULARIDADE PROFISSIONAL E SANITÁRIA

-
- a)** - Comprovação de que a empresa licitante possui registro ativo junto ao Conselho Regional de Odontologia – CRO da unidade federativa de sua sede;
- b)** - Indicação de responsável técnico legalmente habilitado, com comprovação de inscrição e regularidade junto ao CRO;
- c)** - Alvará ou Licença Sanitária válida, expedida pelo órgão competente, compatível com a atividade objeto da contratação.

9 - DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

9.1 - A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste EDITAL.

9.2 - O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste EDITAL, que contenham vícios insanáveis ou que não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

9.3 - Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

9.4 - A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

9.5 - A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

9.6 - O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

9.7 - Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

9.8 - O lance deverá ser ofertado de acordo com o tipo de licitação indicada no preâmbulo.

9.9 - Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no EDITAL.

9.10 - O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

9.11 - O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 100,00 (cem reais).

9.12 - Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

9.13 - A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

9.14 - A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

9.15 - Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

9.16 - Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro.

9.17 - Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o Pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço global.

9.18 - Em caso de falha no sistema, os lances em desacordo com os subitens anteriores deverão ser desconsiderados pelo Pregoeiro Municipal.

9.19 - Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

9.20 - No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

9.21 - Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no site eletrônico utilizado para divulgação.

9.22 - Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

9.23 - Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, o sistema identificará as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006.

9.24 - Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

9.25 - A mais bem classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 3 (três) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

9.26 - Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

9.27 - No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

9.28 - A ordem de apresentação pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação, de maneira que só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

9.29 - Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no artigo 60 da Lei Federal nº 14.133/2021, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos bens e serviços:

9.29.1 - Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

9.29.2 - Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

9.29.3 - Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle;

9.29.4 - Empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

9.29.5 - Empresas brasileiras;

9.29.6 - Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no país;

9.29.7 - Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

9.30 - Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.

9.31 - Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o Pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste EDITAL.

9.32 - A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

9.33 - Quando houver apenas um item por lote, o sistema ao final da sessão de disputa automaticamente atualizará a proposta do fornecedor pelo melhor lance ofertado. No entanto quando se tratar de mais de um item por lote o Pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2:00 (duas horas), envie, através do sistema, a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste EDITAL e já apresentados.

9.34 - Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

10 - DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA

10.1 - Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, que apresentar preço final superior ao preço máximo fixado, ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

10.2 - Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.

10.3 - Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

10.4 - O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 2:00 h (duas horas), sob pena de não aceitação da proposta.

10.5 - O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo Pregoeiro por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pelo Pregoeiro.

10.6 - Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características técnicas do objeto licitado tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de manual e demais documentos pertinentes.

10.7 - Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

10.8 - Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “*chat*” a nova data e horário para a sua continuidade.

10.9 - O Pregoeiro deverá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste EDITAL.

10.10 - Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

10.11 - A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes pelo “chat”.

11 - DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO

11.1 - Para julgamento das propostas será adotado o critério de MENOR PREÇO POR LOTE ÚNICO, tendo em vista a indivisibilidade técnica e operacional do objeto, a necessidade de padronização das próteses dentárias, a responsabilidade técnica unificada e a otimização da logística e da fiscalização, conforme justificado no Estudo Técnico Preliminar e no Termo de Referência.

11.2 - O Pregoeiro anunciará o licitante detentor da proposta ou lance de menor valor/maior vantajosidade imediatamente após a fase de aceitação das propostas ou, quando for o caso, após negociação e decisão pelo Pregoeiro acerca da aceitação do lance de menor valor/ mais vantajoso.

11.3 - Se a proposta de menor valor/maior vantajosidade não for aceitável ou se o licitante desatender às exigências habilitatórias, o pregoeiro poderá examinar a proposta subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procederá a verificação das condições habilitatórias do proponente, na ordem de classificação, ordenada e sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital, sendo o respectivo licitante declarado vencedor.

11.4 - No caso de discordância entre valores numéricos e por extenso, prevalecerão estes últimos e, entre preços unitários e totais, os primeiros.

11.5 - Serão desclassificadas as propostas que conflitem com as normas deste Edital ou da legislação em vigor.

11.6 - Serão rejeitadas as propostas que:

11.6.1 - Sejam incompletas, isto é, não conterem informação (ões) suficiente (s) que permita (m) a perfeita identificação do material licitado;

11.6.2 - Contiverem qualquer limitação ou condição substancialmente contrastante com o presente Edital, ou seja, manifestamente inexequíveis, por decisão do Pregoeiro.

11.7 - Caso não sejam apresentados lances, será verificada a conformidade entre a proposta de menor preço e valor estimado para a aquisição do bem.

11.7.1 - Da sessão, o sistema gerará ata circunstanciada, na qual estarão registrados todos os atos do procedimento e as ocorrências relevantes.

11.8 - Constatando o atendimento das exigências previstas no edital, o licitante será declarado vencedor, sendo homologado o procedimento e adjudicado o objeto da licitação pela autoridade competente.

11.9 - Após a habilitação, poderá a licitante ser desqualificada por motivo relacionado com a capacidade jurídica, regularidade fiscal, qualificação econômico-financeira, qualificação técnica e/ou inidoneidade, em razão de fatos supervenientes ou somente conhecidos após o julgamento.

12 - DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA FINANCEIRA (PROPOSTA FINAL)

12.1 - A PROPOSTA FINAL do licitante declarado vencedor será atualizada automaticamente pelo sistema de pregão eletrônico.

12.1.1 - Quando houver mais de um item por LOTE, o sistema fará a divisão dos valores entre os itens de forma proporcional. Excepcionalmente, quando não for possível matematicamente a divisão dos valores de forma proporcional, deverá o fornecedor atualizar sua proposta no prazo máximo de 2:00 h (duas horas), ou, em outro prazo determinado pelo Pregoeiro;

12.1.2 - O Pregoeiro Municipal poderá também liberar a atualização de proposta manual diretamente na plataforma para que o fornecedor faça o preenchimento do valor do item do lote livremente caso entenda necessário.

12.2 - Deverá, contudo, o licitante vencedor, encaminhar por e-mail ltanhomiprefeitura@gmail.com a indicação do banco, número da conta e agência, para fins de pagamento, isso no prazo de 24:00 h (vinte e quatro horas).

13 - DO RECURSO

13.1 - O Pregoeiro declarará o vencedor e, depois de decorrida a fase de regularização fiscal de microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa, se for o caso, concederá o prazo de no mínimo (10) dez minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

13.2 - A falta de manifestação imediata e motivada da intenção de interpor recurso, no momento da sessão pública deste Pregão, implica decadência desse direito, ficando o Pregoeiro autorizado a adjudicar o objeto à LICITANTE VENCEDORA.

13.3 - Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

13.3.1 - Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do RECURSO.

13.3.2 - A falta de apresentação das razões de RECURSO, em campo próprio do sistema, também importará a decadência do direito de recurso e, via de consequência, a adjudicação do objeto da licitação à LICITANTE VENCEDORA.

13.4 - A recorrente que tiver sua intenção de recurso aceita deverá registrar as razões do recurso, em campo próprio do sistema, no prazo de 03 (três) dias úteis, ficando as demais LICITANTES, desde logo, intimadas a apresentar contrarrazões, também via sistema, em igual prazo, que começará a correr do término do prazo da recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.

13.5 - O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

14 - DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

14.1 - O objeto da licitação será adjudicado à licitante declarada vencedora, por ato do Pregoeiro Municipal, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

14.2 - Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

15 - DAS CONDIÇÕES PARA ASSINATURA DO CONTRATO

15.1 - Findo o processo licitatório, a empresa vencedora será convocada via sistema eletrônico e e-mail a assinar o CONTRATO respectivo, que obedecerá ao modelo anexo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da convocação emitida pelo Setor, sob pena de decair do direito à contratação.

15.2 - O subitem acima deverá ser desconsiderado caso seja outra a decisão da autoridade competente que não a homologação do processo licitatório ou outra for sua decisão.

15.3 - Caso a licitante vencedora não atenda ao prazo previsto no item 15.1, ensejará a aplicação das sanções estabelecidas no item sanções administrativas deste instrumento, reservando-se à Contratante, o direito de convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pela primeira classificada, inclusive quanto ao preço, ou revogar a licitação, independentemente das sanções previstas para a licitante vencedora neste instrumento.

16 - DO PRAZO PARA VIGÊNCIA DO CONTRATO

16.1 - O contrato decorrente deste edital possuirá prazo e regras conforme especificado na minuta contratual.

16.2 - Caso a empresa vencedora deixe de executar os serviços de confecção, adaptação ou entrega das próteses dentárias em conformidade com as especificações técnicas e prazos estabelecidos, será responsável pela imediata correção, substituição ou refazimento do serviço rejeitado, sem ônus



adicional para a Administração, podendo o tempo despendido ser considerado para fins de aplicação das penalidades previstas neste instrumento.

17 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

17.1 - Além das obrigações legais, regulamentares e das demais constantes deste instrumento e seus anexos, obriga-se, ainda, a empresa vencedora a:

17.1.1 - E-MAIL INSTITUCIONAL: É dever empresa vencedora/contratada manter durante o período de vigência do contrato, e-mail institucional, oficial, atualizado, vigente e operacional, para executar os contatos oficiais com o CONTRATANTE, para realização de contratos, adendos, renovações, notificações, ofícios e todos demais atos administrativos.

17.1.2 - Assinar o CONTRATO no prazo e condições estabelecidas neste instrumento convocatório.

17.1.3 - Efetuar a prestação dos serviços no prazo e local informado, juntamente com a emissão da ordem de compra, mediante agendamento prévio junto ao CONTRATANTE.

17.1.4 - Arcar com todos os ônus necessários à completa prestação dos serviços, considerando-se como tal a disponibilização, no local indicado pelo Município de Itanhomi-MG, tais como locomoção, encargos sociais, tributos e outras incidências, se ocorrerem.

17.1.5 - Assumir inteira responsabilidade pela efetiva prestação dos serviços e efetuar-lá de acordo com as especificações e instruções deste Instrumento e seus anexos.

17.1.6 - Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto deste instrumento, em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções.

17.1.7 - Cumprir rigorosamente com o disposto no Edital e demais anexos.

17.1.8 - Manter durante a execução deste contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

17.1.9 - Responsabilizar-se pelos ônus resultantes de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos, ocorridos por culpa sua ou de qualquer de seus empregados e

prepostos, obrigando-se outrossim por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais movidas por terceiros, que lhe venham a ser exigidas por força da Lei, ligadas ao cumprimento do presente Instrumento.

17.1.10 - Responder por danos materiais ou físicos, causados por seus empregados, diretamente ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrente de sua culpa ou dolo.

17.1.11 - Em tudo agir segundo as diretrizes da Administração.

17.1.12 - Garantir que todas as etapas do serviço sejam executadas sob responsabilidade técnica de profissional legalmente habilitado, observando as normas do Conselho Regional de Odontologia – CRO, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA e as normas técnicas da ABNT aplicáveis ao objeto.

18 - DO CONTRATO

18.1 - Encerrado o procedimento licitatório, o representante legal da empresa cuja proposta foi declarada vencedora será convocado via sistema eletrônico e e-mail para firmar/assinar o contrato ou instrumento equivalente, conforme minuta ANEXO (III), no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da convocação emitida pelo Setor Responsável, sob pena de decair do direito à contratação.

18.1.1 - Caso o adjudicatário não apresente situação regular no ato de assinatura do contrato ou recuse-se a assiná-lo, serão convocados os licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação para celebrar o CONTRATO.

18.2 - O CONTRATO celebrado poderá ser rescindido a qualquer momento, nos termos dos artigos 137, 138 e 139 da Lei Federal nº 14.133/2021.

19 - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

19.1 - O regime jurídico desta contratação confere ao contratante as prerrogativas do artigo 104 da Lei Federal nº 14.133/2021.

19.2 - Constituem obrigações do CONTRATANTE, além da constante do artigo 115 da Lei Federal nº 14.133/2021, as especificadas neste EDITAL.

19.3 - Acompanhar, fiscalizar e avaliar os materiais do objeto deste CONTRATO.

19.4 - Emitir as ordens de compra à empresa vencedora, de acordo com as necessidades, respeitando os prazos para atendimentos.

19.5 - Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela licitante vencedora.

19.6 - Efetuar o pagamento na forma ajustada neste EDITAL e no Instrumento Contratual.

19.7 - Cumprir com as demais obrigações constantes no EDITAL e outras previstas no CONTRATO.

20 - DA FISCALIZAÇÃO

20.1 - A prestação dos serviços e o cumprimento do disposto neste instrumento serão fiscalizados pelo CONTRATANTE, por intermédio da Secretaria demandante, que acompanhará a prestação do serviço, de acordo com o determinado, controlando os prazos estabelecidos e apresentação de fatura, notificando à empresa vencedora a respeito de quaisquer reclamações ou solicitações havidas.

20.2 - Resguardada a disposição do subitem precedente, a fiscalização representará a CONTRATANTE e terá as seguintes atribuições:

- a)-** Definir o objeto desta licitação, caracterizado por especificações e referências necessárias ao perfeito entendimento pelas licitantes;
- b)-** Receber os serviços, verificando a sua conformidade com as especificações estabelecidas e da proposta;
- c)-** Assegurar à empresa vencedora acesso as suas dependências, por ocasião da prestação dos serviços;
- d)-** Agir e decidir em nome da CONTRATANTE, inclusive, para rejeitar o(s) serviço(s) prestado(s) em desacordo com as especificações exigidas;
- e)-** Comunicar oficialmente à empresa vencedora quanto à rejeição do(s) serviço(s);
- f)-** Certificar a Nota Fiscal correspondente somente após a verificação da perfeita compatibilidade entre o(s) serviço(s) prestado(s) ao que foi solicitado;
- g)-** Exigir da empresa vencedora o cumprimento rigoroso das obrigações assumidas;

- h)-** Sustar o pagamento de faturas no caso de inobservância, pela empresa vencedora, de condições previstas neste instrumento;
- i)-** Transmitir ordens e instruções, verbais ou escritas, à empresa vencedora, no tocante ao fiel cumprimento do disposto neste instrumento;
- j)-** Solicitar a aplicação, nos termos deste instrumento, de multa(s) à empresa vencedora;
- k)-** Instruir o(s) recurso(s) da empresa vencedora no tocante ao pedido de cancelamento de multa(s), quando essa discordar da CONTRATANTE;
- l)-** No exercício de suas atribuições fica assegurado à fiscalização, sem restrições de qualquer natureza, o direito de acesso a todos os elementos de informações relacionados com o objeto deste instrumento, pelos mesmos julgados necessários.

21 - DO PAGAMENTO

21.1 - O pagamento pela efetiva entrega do objeto deste instrumento será efetuado até o 30º (trigésimo) dia, à CONTRATADA, através da Secretaria Municipal da Fazenda, mediante apresentação da Nota Fiscal correspondente, com a aceitação e atesto do responsável pelo recebimento do mesmo, observando-se ainda a ordem cronológica de pagamentos, nos termos do artigo 141 da Lei Federal nº 14.133/2021.

21.1.1 - A Nota Fiscal correspondente deverá ser entregue pela CONTRATADA diretamente ao responsável pela fiscalização que somente atestará a realização dos serviços e liberará a Nota Fiscal para pagamento quando cumpridas, pela CONTRATADA, todas as condições pactuadas.

21.1.2 - Para execução do pagamento a CONTRATADA deverá fazer constar na Nota Fiscal correspondente, emitida sem rasuras, em letra bem legível, em nome do Município de Itanhomi, informando o número de sua conta corrente e Agência Bancária, bem como o número da Nota de Autorização de Fornecimento (NAF).

21.1.3 - Havendo erro na Nota Fiscal ou circunstâncias que impeçam a liquidação da despesa, aquela será devolvida à CONTRATADA e o pagamento ficará pendente até que o mesmo providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal, não acarretando quaisquer ônus ao Município.

21.2 - A critério da Administração poderão ser descontados do pagamento devido, os valores para cobrir despesas com multas, indenizações a terceiros ou outras de responsabilidade da CONTRATADA.

21.3 - O Município de Itanhomi poderá sustar todo e qualquer pagamento do preço ou suas parcelas de qualquer fatura apresentada pela CONTRATADA caso verificadas uma ou mais das hipóteses abaixo e enquanto perdurar o ato ou fato sem direito a qualquer reajustamento complementar ou acréscimo, conforme enunciado:

- a)-** A CONTRATADA deixe de acatar quaisquer determinações exaradas pelo órgão fiscalizador do Município de Itanhomi;
- b)-** Não cumprimento de obrigação assumida, hipótese em que o pagamento ficará retido até que a CONTRATADA atenda à cláusula infringida;
- c)-** A CONTRATADA retarde indevidamente a serviço ou paralise os mesmos por prazo que venha a prejudicar as atividades do Município de Itanhomi;
- d)-** Débito da CONTRATADA para com o Município de Itanhomi quer proveniente da execução deste instrumento, quer de obrigações de outros contratos;
- e)-** Em qualquer das hipóteses previstas nos parágrafos acima, ou de infração as demais cláusulas e obrigações estabelecidas neste instrumento.

21.4 - As despesas decorrentes desta aquisição correrão por conta de dotações orçamentárias previstas e indicadas no orçamento vigente deste município, conforme Lei Municipal nº 1.983 de 17 de novembro de 2025, sob os seguintes códigos:

a) - MANUT. DAS ATIVIDADES DA ATENÇÃO BÁSICA / Material de Consumo:

Ficha 194: 02.06.02.10.301.0015.2035.3.3.90.30.00 - Fonte 1.500.000.000 / 1.600.000.0000.

b) - MANUT. DAS ATIVIDADES DA ATENÇÃO BÁSICA / Outros Serv. Terceiros - Pessoa Jurídica:

Ficha 197: 02.06.02.10.301.0015.2035.3.3.90.39.00 - Fonte 1.500.000.0000 / 1.600.000.0000.

c) - MANUT. DAS ATIVIDADES DA ATENÇÃO BÁSICA / Material, Bem ou Serviço p/ Dist. Gratuita:



Ficha 404: 02.06.02.10.301.0015.2035.3.3.90.32.00 - Fonte 1.600.000.0000.

NOTA 1: O encaminhamento da nota fiscal para pagamento poderá ser feito através do envio dos documentos para o e-mail: itanhomiprefeitura@gmail.com.

22 - SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

22.1 - O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pela CONTRATADA, a execução irregular do objeto, a inexecução injustificada ou a prestação de informações falsas ensejará a aplicação das sanções administrativas previstas nos artigos 155 a 163 da Lei Federal nº 14.133/2021, observados o contraditório, a ampla defesa, a proporcionalidade, a gravidade da infração, a reincidência e o impacto ao interesse público e à continuidade dos serviços de saúde.

a)- Advertência pelo atraso de até 10 (dez) dias corridos e sem prejuízo para o Município de Itanhomi-MG, na prestação do serviço, ainda que inicial, intermediário ou de substituição/reposição;

b)- Multa de até 10% do total do contrato/ordem de compra/serviço para o caso de atraso superior a 10 (dez) dias corridos ou em situações que acarretem prejuízo a Administração, na prestação do serviço, ainda que inicial, intermediário ou de substituição/reposição;

c)- Multa de até 10% do total do contrato/ordem de compra/serviço para o caso de execução imperfeita do objeto;

d)- Multa de até 20% sobre o valor total do contrato/ordem de compra/serviço se deixar de prestar o serviço, no prazo determinado, ainda que inicial, intermediário ou de substituição/reposição;

e)- Impedimento de licitar e contratar, nos termos do artigo 156, § 4º, da Lei Federal nº 14.133/2021;

f)- Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, nos termos do artigo 156, § 5º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

22.2 - As penalidades acima relacionadas não são exaustivas, mas sim exemplificativas, podendo outras ocorrências ser analisadas e ter aplicação por analogia e de acordo com a Lei Federal nº 14.133/2021, em especial aos artigos 155 a 163.

22.3 - As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

22.4 - EXTENSÃO DAS PENALIDADES

22.4.1 - As sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a CONTRATANTE poderá ser também, aplicada, sem prejuízo das sanções penais e civis, aqueles que:

- a)- Retardarem a execução do pregão;
- b)- Demonstrar em não possuir idoneidade para contratar com a Administração e;
- c)- Fizerem declaração falsa ou cometerem fraude fiscal.

23 - PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO

23.1 - O CONTRATO respectivo terá vigência a partir de sua assinatura e vigorará pelo período de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por meio de Termo Aditivo conforme artigo 105 e seguintes, da Lei Federal nº 14.133/2021 e suas sucessivas alterações posteriores.

24 - DO REAJUSTAMENTO

24.1 - Conforme as normas financeiras vigentes, não haverá reajustamento de preços, no prazo inferior a 01 (um) ano, sendo que após esse período poderá ser utilizado o índice IPCA para adequação do valor do contrato.

25 - DA EXTINÇÃO DO CONTRATO

25.1 - Constituem motivos para a extinção do contrato ou instrumento equivalente, todos aqueles listados pela Lei 14.133/21, nos artigos 137 a 139, resguardado o contraditório e a ampla defesa.

26 - DISPOSIÇÕES GERAIS

26.1 - Homologada a licitação a adjudicatária receberá Nota de Autorização de Fornecimento (NAF) ou instrumento equivalente.

26.2 - É facultado ao PREGOEIRO ou a AUTORIDADE COMPETENTE, em qualquer fase do julgamento promover diligências destinadas a esclarecer ou complementar a instrução do processo e a aferição do ofertado, bem como solicitar a órgãos competentes a elaboração de pareceres técnicos destinados a fundamentar as decisões.

26.3 - Qualquer solicitação de prorrogação de prazo para execução dos serviços, decorrentes desta licitação, somente será analisada se apresentada antes do decurso do prazo para tal e devidamente fundamentada.

26.4 - Uma vez convocada, a recusa injustificada da adjudicatária em prestar os serviços, dentro do prazo estabelecido neste EDITAL, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o às penalidades legalmente estabelecidas.

25.5. Será dada vista aos proponentes interessados tanto nas propostas comerciais como dos documentos de habilitação apresentados na sessão.

25.6 - A presente Licitação somente poderá ser revogada por razões de interesse público, decorrente de fato superveniente devidamente comprovado; ou anulada, em todo ou em parte, por ilegalidade de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente comprovado.

25.7 - O PREGOEIRO, no interesse da Administração, poderá releva omissões puramente formais observadas na documentação e proposta, desde que não contrariem a legislação vigente e não comprometam a lisura da licitação, sendo possível a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.

25.8 - É vedado ao LICITANTE retirar sua proposta ou parte dela após aberta a sessão do pregão.

25.9 - Informações complementares que visam obter maiores esclarecimentos sobre a presente Licitação serão prestadas pelo PREGOEIRO de forma exclusiva pela plataforma de licitações Licitanet (<https://licitanet.com.br/>).

25.10. Integram o Presente Edital:

a) **Anexo I** – Estudo Técnico Preliminar;

b) **Anexo II** – Termo de Referência;

c) Anexo III - Minuta do Contrato.

25.11 - Interessados poderão adquirir cópia do Edital somente via download do arquivo através do Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), Portal Eletrônico <https://licitanet.com.br/> ou <https://www.itanhomi.mg.gov.br/licitacoes>.

25.12 - O licitante deverá examinar detidamente as disposições contidas neste Edital e seus anexos, pois o simples registro de proposta financeira junto ao sistema eletrônico de licitação utilizado o submete à aceitação incondicional de seus termos, independente de transcrição, bem como representa o conhecimento do objeto em licitação e a observância dos preceitos legais e regulamentares que a regem, não sendo aceita alegação de desconhecimento de qualquer pormenor.

25.13 - No caso de eventual divergência entre o Edital de Licitação e seus anexos, prevalecerão as disposições do primeiro.

25.14 - Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

25.15 - Cada licitante é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação, sendo-lhe exigível, ainda, em qualquer época ou oportunidade, a apresentação de outros documentos ou informações complementares que se fizerem necessários, a fim de completar a instrução do processo, conforme faculta o artigo 59, § 2º c/c artigo 64 da Lei Federal nº 14.133/2021.

25.16 - É proibido a qualquer licitante tentar impedir o curso normal do processo licitatório mediante a utilização de recursos ou de meios meramente protelatórios, sujeitando-se o autor às sanções legais e administrativas previstas na Lei Federal nº 14.133/2021 e no Código Penal Brasileiro.

25.17 - A CONTRATANTE reserva a si o direito de revogar a presente licitação por razões de interesse público ou anulá-la, no todo ou em parte por vício ou ilegalidade, bem como prorrogar o prazo para recebimento das propostas e/ou sessão de lances, desqualificar qualquer licitante ou desclassificar qualquer proposta, caso tome conhecimento de fato que afete a capacidade financeira, técnica ou comercial da licitante, sem que isto gere direito à indenização ou ressarcimento de qualquer natureza.



25.18 - As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

25.19 - O Instrumento Convocatório é parte integrante do Contrato.

25.20 - Informações sobre o andamento da licitação poderão ser obtidas junto à Comissão de Licitações, nos dias úteis, das 7h00min às 11h00min e das 12h00min às 16h00min ou pelo telefone (33) 3231-1345 e e-mail: Itanhomiprefeitura@gmail.com. Ainda, poderão ser acompanhadas as fases através do Portal Eletrônico licitanet.com.br ou itanhomi.mg.gov.br/licitacoes.

26. DO FORO

26.1 - Para dirimir quaisquer questões decorrentes da licitação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o Foro da Comarca de Itanhomi-MG, Estado de Minas Gerais

Município de Itanhomi-MG, 02 de fevereiro de 2026.

LAERTE ALVES MARTINS DE OLIVEIRA
Pregoeiro Municipal

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR (ETP)

1 - INFORMAÇÕES BÁSICAS

1.1 - O presente documento caracteriza a primeira etapa da fase de planejamento para a contratação de empresa especializada em serviços laboratoriais de prótese dentária, visando atender à Secretaria Municipal de Saúde de Itanhomi/MG.

1.2 - O objetivo é identificar no mercado a melhor solução em observância às normas vigentes e aos princípios que regem a Administração Pública.

2 - DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE E DO OBJETO

2.1 - O objeto deste instrumento se trata da contratação de pessoa jurídica para a execução de serviços técnicos em odontologia de próteses dentárias, a serem prestados aos usuários do SUS.

2.2 - A necessidade decorre da implantação do Serviço de Especialidades em Saúde Bucal (Sesb) mediante Termo de Compromisso firmado pelo município com a Secretaria de Atenção Primária à Saúde - SAPS do Ministério da Saúde - MS.

2.3 - Conforme o Art. 514-B da Portaria GM/MS nº 751/2023, a solução visa:

"I - oferecer à população os serviços de especialidades odontológicas tendo em vista o atendimento integral, segundo os princípios do Sistema Único de Saúde; II - ampliar e qualificar a oferta de serviços de especialidades odontológicas em municípios com até 20.000 habitantes".

2.4 - A contratação cumpre o Termo de Compromisso nº 17/2025, assinado pela Secretária Municipal de Saúde, Carla de Alencar Mota, que assume a obrigação de:

"Assegurar o início do funcionamento do Sesb do município de Itanhomi/MG em até, no máximo, 90 (noventa) dias após o recebimento do incentivo de implantação".

3 - DEMONSTRAÇÃO DE PREVISÃO NO PCA

3.1 - A presente demanda não consta no Plano de Contratação Anual (PCA) vigente, uma vez que se trata de uma contratação para a estruturação de um novo serviço federal (Sesb) habilitado após a elaboração do cronograma anual.

3.2 - A ausência de previsão é suprida pela fundamentação do Art. 18, § 1º da Lei Federal nº 14.133/2021, que exige que o ETP evidencie o problema a ser resolvido e a sua melhor solução para garantir a viabilidade da contratação.

4 - ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES E VALORES

4.1 - Estima-se o consumo conforme a tabela abaixo, com valores médios atualizados via PNCP 2026:

LOTE ÚNICO					
ITEM	DISCRIMINAÇÃO	UN	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	PROTESE PARCIAL MAXILAR REMOVIVEL - Prestação de serviços de moldagem, confecção e adaptação de prótese parcial maxilar removível, do tipo dento-muco-suportada, indicada para reabilitação de pacientes parcialmente desdentados na maxila, confeccionada em liga metálica de cromo-cobalto, com estrutura metálica, dentes artificiais em resina acrílica e bases confeccionadas em resina acrílica termopolimerizável, devidamente unidas à estrutura metálica. A prótese será obtida a partir de modelos de gesso tipo IV, que reproduzem fielmente as arcadas dentárias e os rebordos residuais dos pacientes. Os atendimentos serão realizados nas unidades de saúde do Município de Itanhomi/MG, conforme as exigências da Secretaria Municipal de Saúde, Código SUS 07.01.07.010-2.	UN	100	448,33	44.833,00
02	PROTESE TOTAL MAXILAR - Prestação de serviços de moldagem, confecção e adaptação de prótese total maxilar, do tipo muco-suportada, indicada para reabilitação de pacientes totalmente desdentados na maxila, confeccionada com dentes artificiais em resina acrílica, unidos a bases individualizadas confeccionadas em resina acrílica termopolimerizável, obtidas a partir de modelos de gesso tipo III, que reproduzem os rebordos residuais dos pacientes. Os atendimentos serão realizados nas unidades de saúde do Município de Itanhomi/MG, conforme as exigências da Secretaria Municipal de Saúde, Código SUS 07.01.07.013-7.	UN	70	420,31	29.421,70
03	PROTESE PARCIAL MANDIBULAR REMOVIVEL - Prestação de serviços de moldagem, confecção e adaptação de prótese parcial mandibular removível, do tipo dento-muco-suportada, indicada para reabilitação de pacientes parcialmente desdentados na mandíbula,	UN	100	448,33	44.833,00

	confeccionada com dentes artificiais em resina acrílica, unidos a bases individualizadas confeccionadas em resina acrílica termopolimerizável, obtidas a partir de modelos de gesso tipo III, que reproduzem os rebordos residuais dos pacientes. Os atendimentos serão realizados nas unidades de saúde do Município de Itanhomi/MG, conforme as exigências da Secretaria Municipal de Saúde, Código SUS 07.01.07.009-9.				
04	PROTESE TOTAL MANDIBULAR - Prestação de serviços de moldagem, confecção e adaptação de prótese total mandibular, do tipo muco-suportada, indicada para reabilitação de pacientes totalmente desdentados na mandíbula, confeccionada com dentes artificiais em resina acrílica, unidos a bases individualizadas confeccionadas em resina acrílica termopolimerizável, obtidas a partir de modelos de gesso tipo III, que reproduzem os rebordos residuais dos pacientes. Os atendimentos serão realizados nas unidades de saúde do Município de Itanhomi/MG, conforme as exigências da Secretaria Municipal de Saúde, Código SUS 07.01.07.012-9.	UN	70	420,31	29.421,70
VALOR TOTAL DO LOTE R\$					148.509,40

5 - LEVANTAMENTO DE MERCADO E ANÁLISE DE ALTERNATIVAS

5.1 - Foram analisadas as alternativas de execução direta (montagem de laboratório municipal próprio) e execução indireta (terceirização).

5.2 - A terceirização laboratorial demonstra-se a solução mais viável e econômica para o Município de Itanhomi/MG, visto que a implantação de um laboratório próprio demandaria vultosos investimentos iniciais em equipamentos, manutenção de estoque de insumos especializados e contratação de técnicos de prótese via concurso público, o que não se mostra eficiente frente à escala atual da demanda do Sesb.

5.3 - A contratação de empresa especializada permite o pagamento por serviço efetivamente entregue, garantindo agilidade e suporte tecnológico atualizado sem os custos fixos de uma estrutura física municipal.

6 - REQUISITOS E LOGÍSTICA

6.1 - A contratada deverá realizar a coleta de moldes e entrega de provas na sede do município, no mínimo 03 (três) vezes por semana.

6.2 - O prazo de execução laboratorial será de 10 (dez) dias úteis após a ordem de fornecimento.

6.3 - O objeto enquadra-se como serviço comum, conforme o Art. 6º, inciso XIII da Lei nº 14.133/2021:

"Bens e serviços comuns: aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado".

7 - SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

7.1 - A contratada observará a Instrução Normativa nº 1/2010, conforme o Art. 6º:

"I – use produtos de limpeza e conservação [...] que obedeçam às especificações determinadas pela ANVISA;
IV – forneça aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários;
VII – respeite as Normas Brasileiras – NBR sobre resíduos sólidos".

8 - JUSTIFICATIVA PARA O NÃO PARCELAMENTO

8.1 - Optou-se pela licitação em LOTE ÚNICO através de Pregão Eletrônico.

8.2 - O agrupamento dos itens justifica-se pela necessidade de garantir a padronização técnica das próteses e a unicidade da responsabilidade logística.

8.3 - O parcelamento em lotes distintos poderia comprometer a eficiência do serviço, uma vez que a coordenação de múltiplos fornecedores para coletas e entregas na sede do município (mínimo 03 (três) vezes por semana) geraria prejuízos à celeridade dos tratamentos e aumentaria os custos operacionais de fiscalização e controle de qualidade clínica pela Secretaria de Saúde.

9 - JUSTIFICATIVA DA VIABILIDADE

9.1 - A contratação é viável, com custos compatíveis e economicidade garantida pela pesquisa de preços realizadas através do Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP em conformidade com a Lei Federal 14.133/2021.



9.2 - O repasse financeiro está assegurado pelo orçamento do Ministério da Saúde, conforme o Art. 514-P da Portaria 751/2023:

"Os recursos orçamentários para execução dos repasses de que trata esta Seção correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde [...] devendo onerar as Funcionais Programáticas: 10.301.5019.219A - Piso de Atenção Primária à Saúde".

Secretaria Municipal de Saúde de Itanhomi-MG, 15 de janeiro de 2026.

FÁBIO JÚNIOR ALMEIDA SOUZA
COORDENADOR DAS UBS

ANEXO II - TERMO DE REFERÊNCIA

1 - DEFINIÇÃO DO OBJETO E SUA NATUREZA (Art. 6º, XXIII, "a")

1.1 - Constitui objeto deste instrumento a contratação de empresa especializada para a prestação de serviços técnicos laboratoriais destinados à confecção de próteses dentárias (totais e parciais), incluindo o fornecimento de todos os materiais, insumos, dentes de resina acrílica de alta resistência, transporte e assistência técnica, visando atender aos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS) do Município de Itanhomi/MG, em conformidade com as especificações constantes neste termo.

1.2 - Trata-se de serviço comum, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, conforme o Art. 6º, inciso XIII da Lei Federal 14.133/21.

1.3 - O contrato resultante terá vigência de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura.

1.4 - O contrato poderá ser prorrogado sucessivamente, respeitado o limite de até 10 (dez) anos, desde que haja previsão orçamentária e as condições e preços permaneçam vantajosos para a Administração (Art. 84 da Lei Federal 14.133/21).

2 - FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO (Art. 6º, XXIII, "b")

2.1 - A contratação fundamenta-se nas conclusões do Estudo Técnico Preliminar (ETP) Anexo, que demonstrou a viabilidade técnica e econômica da terceirização para atender ao novo Serviço de Especialidades em Saúde Bucal (Sesb), instituído pela Portaria GM/MS nº 751/2023.

2.2 - O município de Itanhomi/MG firmou o Termo de Compromisso nº 17/2025 com o Ministério da Saúde, comprometendo-se a ofertar a reabilitação protética à população. A ausência desta contratação inviabiliza o cumprimento da meta pactuada e prejudica a saúde pública local, dada a alta demanda reprimida por serviços de saúde bucal.

2.3 - A solução escolhida (execução indireta) fundamenta-se na eficiência administrativa, uma vez que a manutenção de laboratório próprio seria economicamente inviável para a escala atual de produção.

3 - DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO E CICLO DE VIDA (Art. 6º, XXIII, "c")

3.1 - A solução compreende o ciclo completo de produção protética: recebimento da ordem de serviço, logística de coleta de moldes, fases laboratoriais (fundição, montagem, acrilização), provas clínicas intermediárias e entrega definitiva da peça funcional, incluindo assistência técnica pós-entrega.

4 - REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (Art. 6º, XXIII, "d")

4.1 - A contratada deverá possuir registro ativo no Conselho Regional de Odontologia (CRO) e Responsável Técnico habilitado.

4.2 - Todos os materiais utilizados (resinas, dentes e ligas metálicas) devem possuir registro válido na ANVISA.

5 - MODELO DE EXECUÇÃO (Art. 6º, XXIII, "e")

5.1 - A contratada deverá disponibilizar profissional técnico ou sistema de logística próprio para a coleta de moldes e entrega de provas/peças acabadas diretamente na sede da Secretaria Municipal de Saúde ou Unidades Básicas de Saúde (UBS) de Itanhomi/MG, no mínimo 03 (três) vezes por semana, em dias a serem pactuados após a assinatura do contrato.

5.2 - O prazo máximo para a execução laboratorial de cada etapa (vazamento, montagem, acrilização) ou entrega final será de 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento do molde ou da ordem de serviço.

5.3 - O laboratório deverá prestar suporte técnico remoto ou presencial aos cirurgiões-dentistas do município para dirimir dúvidas sobre moldagem e planejamento de casos complexos.

5.4 - A empresa deverá oferecer garantia mínima de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação, bolhas ou porosidades na resina e desprendimento de dentes, obrigando-se ao refazimento sem custos adicionais ao erário.

5.5 - Os serviços deverão seguir rigorosamente as especificações técnicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e as diretrizes da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) para produtos odontológicos.

6 - MODELO DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO (Art. 6º, XXIII, "f")

6.1 - O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato ficarão sob a responsabilidade do servidor FÁBIO JÚNIOR ALMEIDA SOUZA (COORDENADOR DAS UBS), a quem caberá o ateste das notas fiscais e a verificação do cumprimento das obrigações contratuais.

6.2 - A fiscalização poderá rejeitar qualquer peça que não apresente adaptação clínica satisfatória ou estética adequada, devendo a contratada refazer o serviço sem ônus adicional.

7 - CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO (Art. 6º, XXIII, "g")

7.1 - A medição será mensal, baseada na quantidade de próteses efetivamente entregues e aceitas definitivamente pela equipe clínica.

7.2 - O pagamento será efetuado em até 30 dias após o ateste da nota fiscal pelo fiscal do contrato.

8 - FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR (Art. 6º, XXIII, "h")

8.1 - A seleção ocorrerá via Pregão Eletrônico, pelo critério de Menor Preço do Lote Único, garantindo a economia de escala e padronização.

9 - ESTIMATIVA DE VALORES (Art. 6º, XXIII, "i")

9.1 - O valor total estimado é de **R\$ 148.509,40 (cento e quarenta e oito mil, quinhentos e nove reais e quarenta centavos)**, baseado em pesquisa ampla no PNCP e preços referenciais de mercado, detalhados em planilha de custos abaixo:

LOTE ÚNICO					
ITEM	DISCRIMINAÇÃO	UN	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	PROTESE PARCIAL MAXILAR REMOVIVEL - Prestação de serviços de moldagem, confecção e adaptação de prótese parcial maxilar removível, do tipo dento-muco-suportada, indicada para reabilitação de pacientes parcialmente desdentados na maxila, confeccionada em liga metálica de cromo-cobalto, com estrutura metálica, dentes artificiais em resina acrílica e bases confeccionadas em resina acrílica termopolimerizável, devidamente unidas à estrutura metálica. A prótese será obtida a partir de modelos de gesso	UN	100	448,33	44.833,00

	tipo IV, que reproduzem fielmente as arcadas dentárias e os rebordos residuais dos pacientes. Os atendimentos serão realizados nas unidades de saúde do Município de Itanhomi/MG, conforme as exigências da Secretaria Municipal de Saúde, Código SUS 07.01.07.010-2.				
02	PROTESE TOTAL MAXILAR - Prestação de serviços de moldagem, confecção e adaptação de prótese total maxilar, do tipo muco-suportada, indicada para reabilitação de pacientes totalmente desdentados na maxila, confeccionada com dentes artificiais em resina acrílica, unidos a bases individualizadas confeccionadas em resina acrílica termopolimerizável, obtidas a partir de modelos de gesso tipo III, que reproduzem os rebordos residuais dos pacientes. Os atendimentos serão realizados nas unidades de saúde do Município de Itanhomi/MG, conforme as exigências da Secretaria Municipal de Saúde, Código SUS 07.01.07.013-7.	UN	70	420,31	29.421,70
03	PROTESE PARCIAL MANDIBULAR REMOVIVEL - Prestação de serviços de moldagem, confecção e adaptação de prótese parcial mandibular removível, do tipo dento-muco-suportada, indicada para reabilitação de pacientes parcialmente desdentados na mandíbula, confeccionada com dentes artificiais em resina acrílica, unidos a bases individualizadas confeccionadas em resina acrílica termopolimerizável, obtidas a partir de modelos de gesso tipo III, que reproduzem os rebordos residuais dos pacientes. Os atendimentos serão realizados nas unidades de saúde do Município de Itanhomi/MG, conforme as exigências da Secretaria Municipal de Saúde, Código SUS 07.01.07.009-9.	UN	100	448,33	44.833,00
04	PROTESE TOTAL MANDIBULAR - Prestação de serviços de moldagem, confecção e adaptação de prótese total mandibular, do tipo muco-suportada, indicada para reabilitação de pacientes totalmente desdentados na mandíbula, confeccionada com dentes artificiais em resina acrílica, unidos a bases individualizadas confeccionadas em resina acrílica termopolimerizável, obtidas a partir de modelos de gesso tipo III, que reproduzem os rebordos residuais dos pacientes. Os atendimentos serão realizados nas unidades de saúde do Município de Itanhomi/MG, conforme as exigências da Secretaria Municipal de Saúde, Código SUS 07.01.07.012-9.	UN	70	420,31	29.421,70
VALOR TOTAL DO LOTE R\$					148.509,40

10 - ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (Art. 6º, XXIII, "j")

10.1 - As despesas correrão por conta de recursos Federais (Portaria GM/MS 751/2023).

10.2 - A despesa para o exercício de 2026 (Lei Municipal nº 1.983 de 17 de novembro de 2025) correrá por conta das seguintes dotações orçamentárias:

a) - MANUT. DAS ATIVIDADES DA ATENÇÃO BÁSICA / Material de Consumo:



Ficha 194: 02.06.02.10.301.0015.2035.3.3.90.30.00 - Fonte 1.500.000.000 / 1.600.000.0000.

b) - MANUT. DAS ATIVIDADES DA ATENÇÃO BÁSICA / Outros Serv. Terceiros - Pessoa Jurídica:

Ficha 197: 02.06.02.10.301.0015.2035.3.3.90.39.00 - Fonte 1.500.000.0000 / 1.600.000.0000.

c) - MANUT. DAS ATIVIDADES DA ATENÇÃO BÁSICA / Material, Bem ou Serviço p/ Dist. Gratuita:

Ficha 404: 02.06.02.10.301.0015.2035.3.3.90.32.00 - Fonte 1.600.000.0000.

11 - DA RESPONSABILIDADE PELA ELABORAÇÃO

11.1 - Este Termo de Referência foi elaborado pela Sra. CARLA DE ALENCAR MOTA, Secretária Municipal de Saúde.

12 - DA RESPONSABILIDADE PELA APROVAÇÃO

12.1 - Este Termo de Referência deverá ser aprovado pelo Ordenador de Despesas: Dr. ARTHUR DI CARLO FERREIRA E SILVA (Prefeito Municipal de Itanhomi-MG).

Secretaria Municipal de Saúde de Itanhomi-MG, 16 de janeiro de 2026.

CARLA DE ALENCAR MOTA
Secretária Municipal de Saúde



ANEXO III - MINUTA DE CONTRATO

Termo de CONTRATO referente à contratação de empresa especializada para a prestação de serviços técnicos especializados em saúde bucal, para confecção de próteses dentárias, celebrado entre o MUNICÍPIO DE ITANHOMI-MG e a empresa _____.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHOMI-MG, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 18.493.239/0001-06, sediada à Avenida JK, nº 91 – Centro – Município de Itanhomi-MG, neste ato, representada por seu Prefeito Municipal, Dr. ARTHUR DI CARLO FERREIRA E SILVA, brasileiro, casado, advogado, portador da Carteira de Identidade nº MG-8.044.288 – expedida pela Polícia Civil do Estado de Minas Gerais – inscrito no CPF sob o nº 056.965.966-30, residente e domiciliado à Rua Padre Antônio Rossi, nº 35-A – Centro – Município de Itanhomi-MG.

CONTRATADA: _____
_____, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº _____, com sede à _____, neste ato representada por seu representante legal, doravante denominada CONTRATADA.

O presente CONTRATO é celebrado em conformidade com o Processo Licitatório nº 007/2026, modalidade PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2026, com fundamento na Lei Federal nº 14.133/2021, Decreto Municipal nº 055/2023, Estudo Técnico Preliminar e Termo de Referência, mediante as cláusulas e condições a seguir pactuadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO.

1.1 - Constitui objeto do presente CONTRATO a contratação de empresa especializada para a prestação de serviços técnicos especializados em saúde bucal, compreendendo a moldagem, confecção, adaptação, ajustes, fornecimento de materiais, transporte, assistência técnica e garantia de próteses dentárias totais e parciais, destinadas aos usuários do Sistema Único de Saúde – SUS do Município de Itanhomi/MG, conforme especificações constantes no Edital, Termo de Referência e Proposta da CONTRATADA.

1.2 – Integram este CONTRATO, independentemente de transcrição, o Edital do Pregão Eletrônico, seus Anexos, o Termo de Referência, o Estudo Técnico Preliminar e a Proposta apresentada pela CONTRATADA.

1.3 - Planilha de preços e quantitativos do objeto descrito no item anterior:

LOTE ÚNICO					
ITEM	DISCRIMINAÇÃO	UN	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	PROTESE PARCIAL MAXILAR REMOVIVEL - Prestação de serviços de moldagem, confecção e adaptação de prótese parcial maxilar removível, do tipo dento-muco-suportada, indicada para reabilitação de pacientes parcialmente desdentados na maxila, confeccionada em liga metálica de cromo-cobalto, com estrutura metálica, dentes artificiais em resina acrílica e bases confeccionadas em resina acrílica termopolimerizável, devidamente unidas à estrutura metálica. A prótese será obtida a partir de modelos de gesso tipo IV, que reproduzem fielmente as arcadas dentárias e os rebordos residuais dos pacientes. Os atendimentos serão realizados nas unidades de saúde do Município de Itanhomi/MG, conforme as exigências da Secretaria Municipal de Saúde, Código SUS 07.01.07.010-2.	UN	100		
02	PROTESE TOTAL MAXILAR - Prestação de serviços de moldagem, confecção e adaptação de prótese total maxilar, do tipo muco-suportada, indicada para reabilitação de pacientes totalmente desdentados na maxila, confeccionada com dentes artificiais em resina acrílica, unidos a bases individualizadas confeccionadas em resina acrílica termopolimerizável, obtidas a partir de modelos de gesso tipo III, que reproduzem os rebordos residuais dos pacientes. Os atendimentos serão realizados nas unidades de saúde do Município de Itanhomi/MG, conforme as exigências da Secretaria Municipal de Saúde, Código SUS 07.01.07.013-7.	UN	70		
03	PROTESE PARCIAL MANDIBULAR REMOVIVEL - Prestação de serviços de moldagem, confecção e adaptação de prótese parcial mandibular removível, do tipo dento-muco-suportada, indicada para reabilitação de pacientes parcialmente desdentados na mandíbula, confeccionada com dentes artificiais em resina acrílica, unidos a bases individualizadas confeccionadas em resina acrílica termopolimerizável, obtidas a partir de modelos de gesso tipo III, que reproduzem os rebordos residuais dos pacientes. Os atendimentos serão realizados nas unidades de saúde do Município de Itanhomi/MG, conforme as exigências da Secretaria Municipal de Saúde, Código SUS 07.01.07.009-9.	UN	100		
04	PROTESE TOTAL MANDIBULAR - Prestação de serviços de moldagem, confecção e adaptação de prótese total mandibular, do tipo muco-suportada, indicada para reabilitação de pacientes totalmente desdentados na mandíbula, confeccionada com dentes artificiais em resina acrílica, unidos a bases individualizadas confeccionadas em resina acrílica termopolimerizável, obtidas a partir de modelos de gesso tipo III, que reproduzem os rebordos residuais dos pacientes. Os atendimentos serão realizados nas unidades de saúde do Município de Itanhomi/MG, conforme as exigências da Secretaria Municipal de Saúde, Código SUS 07.01.07.012-9.	UN	70		
VALOR TOTAL DO LOTE R\$					



CLÁUSULA SEGUNDA - DA FORMA DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

2.1 - Os serviços objeto deste contrato serão executados de forma contínua e sob demanda, conforme solicitações da Secretaria Municipal de Saúde, observadas as especificações técnicas, prazos, fluxos de atendimento e condições estabelecidas no Edital, no Termo de Referência e neste instrumento contratual.

2.2 - A execução dos serviços compreenderá todas as etapas clínicas e laboratoriais necessárias à perfeita confecção das próteses dentárias, incluindo, mas não se limitando, à moldagem, confecção, provas, ajustes, adaptação final, entrega e garantia.

2.3 - A etapa de moldagem das próteses dentárias deverá ser realizada exclusivamente por cirurgião-dentista legalmente habilitado, com registro ativo no Conselho Regional de Odontologia – CRO, sendo vedada sua execução por técnico em prótese dentária, auxiliar, laboratório ou qualquer outro profissional não habilitado para a prática de ato clínico odontológico.

2.4 - O profissional responsável pela moldagem deverá possuir vínculo formal vigente com a CONTRATADA, devidamente comprovado mediante contrato de trabalho, contrato de prestação de serviços ou outro meio juridicamente admitido, nos termos do item 8.1.2.1 do Edital.

2.5 - O descumprimento das disposições relativas à forma de execução dos serviços, especialmente quanto à realização da moldagem das próteses dentárias, caracterizará inexecução contratual grave, sujeitando a CONTRATADA às sanções previstas neste contrato e na Lei Federal nº 14.133/2021.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR DO CONTRATO

3.1 - O valor deste CONTRATO é de **R\$** _____ (_____), correspondente à proposta vencedora apresentada pela CONTRATADA.

3.2 - Os preços contratados incluem todos os custos diretos e indiretos necessários à perfeita execução do objeto, tais como insumos, transporte, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e demais despesas.

3.3 - A CONTRATANTE poderá alterar quantitativos, observados os limites e condições previstos na Lei Federal nº 14.133/2021.

CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO DE VIGÊNCIA

4.1 - O presente CONTRATO terá vigência a partir da data de sua assinatura e vigorará pelo prazo de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado, nos termos do artigo 105 da Lei Federal nº 14.133/2021, mediante justificativa formal.

CLÁUSULA QUINTA - DO PAGAMENTO

5.1 - O pagamento será efetuado até o 30º (trigésimo) dia, contado da data do atesto da Nota Fiscal pelo fiscal do contrato, após a comprovação da efetiva prestação dos serviços, nos termos do artigo 141 da Lei Federal nº 14.133/2021.

5.1.1 - A Nota Fiscal deverá ser apresentada sem rasuras, em nome do Município de Itanhomi-MG, contendo os dados bancários da CONTRATADA.

5.1.2 - Havendo erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o pagamento ficará suspenso até a regularização, sem ônus para a CONTRATANTE.

5.2 - A CONTRATANTE poderá descontar dos pagamentos valores correspondentes a multas, glosas ou prejuízos causados pela CONTRATADA.

5.3 - Em caso de atraso no pagamento por culpa exclusiva da CONTRATANTE, os valores devidos serão atualizados pelo índice IPCA, “*pro rata tempore*”.

CLÁUSULA SEXTA - DO REAJUSTAMENTO E DA MANUTENÇÃO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

6.1 - Os preços serão fixos e irrevogáveis durante os primeiros 12 (doze) meses.

6.2 - Após este período, os preços poderão ser reajustados pelo índice IPCA, observado o interregno mínimo legal.

6.3 - O equilíbrio econômico-financeiro poderá ser restabelecido nos termos do artigo 124, inciso II, alínea “d”, da Lei Federal nº 14.133/2021.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

7.1 - A despesa para o exercício de 2026 (Lei Municipal nº 1.983 de 17 de novembro de 2025) correrá por conta das seguintes dotações orçamentárias:



a) - MANUT. DAS ATIVIDADES DA ATENÇÃO BÁSICA / Material de Consumo:

Ficha 194: 02.06.02.10.301.0015.2035.3.3.90.30.00 - Fonte 1.500.000.000 / 1.600.000.0000.

b) - MANUT. DAS ATIVIDADES DA ATENÇÃO BÁSICA / Outros Serv. Terceiros - Pessoa Jurídica:

Ficha 197: 02.06.02.10.301.0015.2035.3.3.90.39.00 - Fonte 1.500.000.0000 / 1.600.000.0000.

c) - MANUT. DAS ATIVIDADES DA ATENÇÃO BÁSICA / Material, Bem ou Serviço p/ Dist. Gratuita:

Ficha 404: 02.06.02.10.301.0015.2035.3.3.90.32.00 - Fonte 1.600.000.0000.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1 - Executar os serviços conforme as especificações técnicas do Termo de Referência e normas sanitárias aplicáveis.

8.2 - Garantir que todas as moldagens das próteses dentárias sejam realizadas exclusivamente por cirurgião-dentista legalmente habilitado, com registro ativo no CRO.

8.3 - Manter, durante toda a vigência do contrato, profissional (is) cirurgião (ões) -dentista (s) com vínculo formal ativo com a CONTRATADA, responsáveis pelas etapas clínicas do serviço.

8.4 - Apresentar à fiscalização, sempre que solicitado, documentação comprobatória do vínculo e da regularidade profissional junto ao CRO.

8.5 - Corrigir, refazer ou substituir, sem ônus, os serviços considerados inadequados.

8.6 - Responsabilizar-se por danos causados à Administração ou a terceiros.

8.7 - Manter, durante toda a execução do contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

8.8 - O cumprimento das obrigações previstas nesta cláusula não exime a CONTRATADA da observância e do integral atendimento às demais obrigações legais, regulamentares, técnicas, sanitárias, trabalhistas, previdenciárias, fiscais e profissionais aplicáveis à execução do objeto, ainda que não expressamente previstas neste contrato, no Edital ou em seus Anexos.

CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE



9.1 - Fiscalizar a execução do contrato, nos termos do artigo 117 da Lei Federal nº 14.133/2021.

9.2 - Efetuar os pagamentos devidos, conforme pactuado.

9.3 - Fornecer as informações necessárias à adequada execução dos serviços.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA RESCISÃO

10.1 - O CONTRATO poderá ser rescindido nas hipóteses previstas nos artigos 137 a 139 da Lei Federal nº 14.133/2021.

10.2 - Formalizada a rescisão, que vigorará a partir da data de sua comunicação à contratada, esta entregará a documentação correspondente aos serviços executados que, se aceitos pela Fiscalização, serão pagos pela CONTRATANTE, deduzidos os débitos existentes.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1 - O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pela CONTRATADA, a execução irregular do objeto, a inexecução injustificada ou a prestação de informações falsas ensejará a aplicação das sanções administrativas previstas nos artigos 155 a 163 da Lei Federal nº 14.133/2021, observados o contraditório, a ampla defesa, a proporcionalidade, a gravidade da infração, a reincidência e o impacto ao interesse público e à continuidade dos serviços de saúde.

a)- Advertência pelo atraso de até 10 (dez) dias corridos e sem prejuízo para o Município de Itanhomi-MG, na prestação do serviço, ainda que inicial, intermediário ou de substituição/reposição;

b)- Multa de até 10% do total do contrato/ordem de compra/serviço para o caso de atraso superior a 10 (dez) dias corridos ou em situações que acarretem prejuízo a Administração, na prestação do serviço, ainda que inicial, intermediário ou de substituição/reposição;

c)- Multa de até 10% do total do contrato/ordem de compra/serviço para o caso de execução imperfeita do objeto;

d)- Multa de até 20% sobre o valor total do contrato/ordem de compra/serviço se deixar de prestar o serviço, no prazo determinado, ainda que inicial, intermediário ou de substituição/reposição;

e)- Impedimento de licitar e contratar, nos termos do artigo 156, § 4º, da Lei Federal nº 14.133/2021;

f)- Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, nos termos do artigo 156, § 5º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

11.2 - As penalidades acima relacionadas não são exaustivas, mas sim exemplificativas, podendo outras ocorrências ser analisadas e ter aplicação por analogia e de acordo com a Lei Federal nº 14.133/2021, em especial aos artigos 155 a 163.

11.3 - As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

11.4 - A realização da moldagem das próteses dentárias em desacordo com as exigências contratuais poderá ser caracterizada como inexecução grave, sem prejuízo da rescisão contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA CESSÃO

12.1 - A CONTRATADA não poderá ceder ou transferir o CONTRATO sem a autorização expressa da CONTRATANTE, exceto nos casos previstos em lei.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

13.1 - O presente CONTRATO é regido pela Lei Federal nº 14.133/2021, Decreto Municipal nº 055/2023, bem como pelas cláusulas e condições constantes do Edital e Anexos do Processo Licitatório nº 007/2025, PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2025.

13.2 - Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei Federal nº 14.133/2021, recorrendo-se à analogia, aos costumes e aos princípios gerais de direito.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

14.1 - A fiscalização do CONTRATO será de responsabilidade do servidor público municipal, Sr. FÁBIO JÚNIOR ALMEIDA SOUZA (COORDENADOR DAS UBS), em conformidade com o artigo 117 da Lei Federal nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DOS TRIBUTOS

15.1 - Todos os tributos que incidirem sobre o contrato ou atividades que constituam seu objeto deverão ser pagos, regularmente, pela CONTRATADA, e por sua conta exclusiva. Competirá, igualmente, à contratada,



exclusivamente, o cumprimento de todas as obrigações impostas pela legislação trabalhista e de previdência social, pertinente ao pessoal contratado para a execução dos serviços avençados.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO FORO

16.1 - As questões decorrentes da execução deste instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas no Foro da Comarca de Itanhomi-MG, com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E, para firmeza e validade do que foi pactuado, lavrou-se o presente CONTRATO, para que surtam um só efeito, às quais, depois de lidas, são assinadas pelas representantes das partes, CONTRATANTE e CONTRATADA, e pelas testemunhas abaixo.

Prefeitura Municipal de Itanhomi-MG, ____ de _____ de 2026.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHOMI-MG
Dr. ARTHUR DI CARLO FERREIRA E SILVA
Contratante

RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA
REPRESENTANTE LEGAL
Contratada

TESTEMUNHA 1 – CPF:

TESTEMUNHA 2 – CPF